



**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA BACIA
DE CAMPOS**

(PEA-BC)

Região 5

Plano de Trabalho do Projeto de Educação Ambiental – PEA

**Linha de Ação B: *CONTROLE SOCIAL DA APLICAÇÃO DE
ROYALTIES E DE PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS DA
PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL***

**“Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã na Bacia
de Campos”**

Abril de 2016

INDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO
2. RECORTE ESPACIAL
3. PÚBLICO DEFINIDO
4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS
5. METODOLOGIA CONSOLIDADA
6. ATIVIDADES PREVISTAS PARA ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DO PEA-BC
7. METAS
8. INDICADORES
9. PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS PRÓXIMAS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS
10. PERFIL DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS
11. RESPONSÁVEL TÉCNICO
12. RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO
13. CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO


1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Plano de Trabalho em evidência apresenta a proposta de continuidade, desenvolvimento e acompanhamento do Projeto de Educação Ambiental denominado “Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã”. Esse projeto, iniciado no mês de maio de 2014, compõe o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), no contexto da implementação das medidas de mitigação de impactos ambientais no âmbito do licenciamento ambiental federal. O mesmo está inserido na Linha de Ação B - “Controle Social da aplicação de royalties e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural” (NOTA TÉCNICA CGPEG/DILIC/IBAMA N° 01/10).

O Ciclo II visa dar continuidade ao objetivo original¹, mantendo o acionar no cenário de mitigação de demandas informativas oriundas dos grupos sociais vulneráveis identificados durante o Diagnóstico Participativo (DP) do PEA-BC (2012), atualizado ao longo das atividades desenvolvidas no Ciclo I e direcionadas à questão do controle social dos royalties.

Destaca-se que a percepção comunitária sobre o impacto dos royalties e a natureza e configuração da renda petrolífera nos municípios da região ampliou-se nos grupos atendidos após o primeiro ciclo do projeto. No entanto, identificou-se que a percepção geral da maioria se mantém ainda difusa e não dialoga diretamente com o conjunto dos impactos da indústria do petróleo, dificultando o acionar crítico na delimitação dos problemas que subsidiam a discussão do controle social na Bacia de Campos (BC). Este fenômeno preocupante foi identificado, durante as diversas etapas de execução do Ciclo I do projeto, como decorrente (a) da reprodução de imaginários distorcidos pela influência da grande mídia; (b) da falta de alternativas comunicacionais e informacionais; e, sobretudo, (c) do fato de que as comunidades coletivamente percebem e reagem às questões mais próximas e mais visíveis do cotidiano, procurando respostas mais imediatas e que interfiram e dialoguem com as situações “reais” do dia a

¹Qual seja: “promover a discussão pública dos processos de distribuição e aplicação dos recursos financeiros provenientes das participações governamentais (royalties e participações especiais) desenvolvendo, mediante a inter-relação dos grupos afetados e segmentos representativos da sociedade civil, estratégias e ações de educação ambiental que os auxiliem por meio do conhecimento e as tecnologias a efetivar o direito ao acesso às informações sobre os Royalties na esfera do poder público municipal, qualificando-os e alargando as formas democráticas de participação no controle social dessas receitas”.


 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Responsável Técnico	_____ Responsável pela Implementação	Abril de 2016	Revisão 02
--	------------------------------	---	---------------	------------

dia das pessoas, conforme consta dos depoimentos registrados nos anexos do Relatório Anual 2015.

Em função do constatado, espera-se dar continuidade às ações que auxiliem os participantes a avançar na ampliação do conhecimento sobre a renda petrolífera, assim como compreender a natureza sistêmica dos impactos da indústria do petróleo, a partir da reflexão sobre sua realidade e promovendo articulações sociais em diversas escalas (locais; intermunicipais e com outros PEAs) que facilitem e ampliem o acesso dos municípios aos dispositivos democráticos de controle social.

Operativamente, busca-se incidir na consolidação e no funcionamento regular de dez (10) Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) municipais constituídos nos territórios do petróleo da BC, dando seguimento a um processo educativo de caráter popular e não formal. Os NVC, formados por até vinte (20) cidadãos, funcionam em espaços de educação ambiental comunitários voltados para o exercício da Vigília Cidadã (VC) e apoio à formação socioambiental e cívica de seus integrantes. Está previsto no Ciclo II operar gradativamente processos educativos apoiados na pesquisa, geração, partilha e disseminação de informações sobre royalties na BC. Simultaneamente, se pretende promover a discussão coletiva sobre o licenciamento ambiental, impactos da indústria do petróleo e sua relação com a vida cotidiana das comunidades, promovendo ambientes de cooperação, visão crítica e justiça socioambiental. Em suma, cumpre aos NVC apoiar nas pessoas o desenvolvimento de capacidades que lhes permitam ler seu(s) mundo(s), entender a realidade circundante e descrevê-la, para aspirar a modificá-la por meio de ações cidadãs coletivas.

O plano de ação está fundamentado em princípios de educação ambiental crítica e apoiado em metodologias participativas vinculadas às práticas de combate à desinformação definidas dentro da VC. Dando continuidade ao ciclo inicial, e atendendo expectativas e demandas do público participante identificadas ao longo do processo, a dinâmica educativa da VC será modelada e desenvolvida em cada município por meio da prática integrada e sequencial de experiências pedagógicas temáticas. Estas práticas serão centradas no cultivo dos entornos sociais referidos aos grupos afetados e sua relação com a vivência no território da BC. Serão aplicadas estratégias pedagógicas


 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Responsável Técnico	_____ Responsável pela Implementação	Abril de 2016	Revisão 02
--	------------------------------	---	---------------	------------

e de pesquisa multidisciplinares e baseadas em metodologias dialógicas, envolvendo ativamente os sujeitos da ação educativa (SAE) agrupados nos NVC.

2. RECORTE ESPACIAL

O plano mantém sua abrangência original em dez municípios selecionados da BC, fundamentando-se nos dados provenientes do Diagnóstico Participativo do PEA-BC (DP) (2012) e em outros fatores considerados, como o grau de dependência e os níveis de renda *per capita* que reforçam a manutenção do recorte territorial adotado. O PEA-Territórios do Petróleo está vinculado aos seguintes empreendimentos da PETROBRAS: FPSO Cidade do Rio de Janeiro - Poço-RJS-409, concessão de Espadarte - LO 594/2007; FPSO Cidade de Rio das Ostras - Bloco Exploratório Aruanã, - LO 1037/2011; P-65 - Campos de Enchova, Bonito, Enchova Oeste, Bicudo, Piraúna e Marimbá – LO 206/2002; P-47 - Campo de Marlim- LO 477/2005; P-63 - Campo de Papa-Terra -LO 1196/2013; P-61 - Campo de Papa-Terra– LO 1196/2013; Projeto de escoamento de Gás para Cabiúnas - Gasoduto Rota Cabiúnas - LI 1001/2014.

O recorte espacial abrange os municípios de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra. A área foi definida a partir das operações de exploração e produção *offshore* na Bacia Sedimentar de Campos, incluindo, portanto, as atividades de sísmica, perfuração, produção e escoamento que ocorrem no âmbito do espaço marinho. Nos municípios costeiros foram consideradas as instalações de negócio, industriais, logísticas e de escoamento que estejam vinculadas aos empreendimentos *offshore* e direcionadas ao atendimento exclusivo da exploração e produção petrolífera marítima e estruturas industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural, de suporte logístico, da Unidade de Operações da Petrobras e de empresas fornecedoras de bens e serviços. No contexto territorial em vigência, damos ênfase ao fato de que as atividades de prospecção e de exploração petrolíferas ainda se distinguem por continuar sendo altamente impactantes, positiva e negativamente, gerando recursos volumosos, como o caso específico dos royalties, e passivos socioambientais de complexa delimitação e, conseqüentemente, mitigação.


 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Responsável Técnico	_____ Responsável pela Implementação	Abril de 2016	Revisão 02
--	------------------------------	---	---------------	------------

Outro fator a ser considerado no Ciclo II, no que tange à consolidação da área de abrangência do PEA Territórios do Petróleo, está fundamentado nos resultados evidenciados sobre a importância do caráter municipal, regional e integrado do acionar dos PEAs na BC. Este elemento foi decisivo na proposta em curso de implementação das sedes do PEA Territórios do Petróleo², que se constituem como âncora e referência de visibilidade e possibilidade de acionar articulado dos PEAs na sua área de influência. Esta opção por constituir espaços educativos nas localidades da BC potencializa a junção de vários fatores. Destacamos a percepção dos comunitários, recolhida ao longo das atividades do Ciclo I, sobre a importância de se dispor de um espaço de referência para atuação do PEA Territórios do Petróleo, configurando-se como estratégia para dar consistência às atividades de Educação Ambiental - EA no Licenciamento na BC.

2. PÚBLICO DEFINIDO

No Ciclo II, o público previsto permanece o mesmo da etapa anterior, identificado em consonância com as diretrizes delineadas pelo Órgão Ambiental Federal (CGPEG/IBAMA) e baseado nos dados provenientes do Diagnóstico Participativo do PEA-BC (2012). Durante as atividades do PEA Territórios do Petróleo, trabalhou-se no aprofundamento e validação, município a município, dos dados do DP. Debateram-se publicamente com os sujeitos da ação as informações expostas em diversas atividades, às quais se somaram a discussão sobre aspectos da realidade local de cada grupo e os entraves à participação comunitária e ao controle social associados à questão dos royalties e aos impactos da indústria do petróleo no processo do Licenciamento Ambiental da BC. Nesse percurso, mais de dez mil (10.000) pessoas foram mobilizadas e participaram das atividades do Circuito de Educação Ambiental que integrou a Caravana Territórios do Petróleo. A partir da interação com a população visitante, foram identificados e selecionados cerca de trezentos (300) potenciais sujeitos da ação educativa, que vieram a participar do Ciclo de Formação por meio do qual se espera que

²Atualmente funcionam sete sedes do PEA Territórios do Petróleo na Bacia de Campos, localizadas nos municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Macaé, Quissamã e São João da Barra.

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Responsável Técnico	_____ Responsável pela Implementação	Abril de 2016	Revisão 02
--	------------------------------	---	---------------	------------

venham constituir grupos municipais, posteriormente formalizados nos dez Núcleos de Vigília Cidadã³.

Nesta trajetória, visando mitigar os efeitos regressivos da (des)informação sobre as políticas municipais de gestão de royalties nos grupos sociais afetados, alavancamos as hipóteses e ajustamos as questões de trabalho e a metodologia a ser desenvolvida nos NVC com os munícipes da BC. Esse processo levou-nos à opção pela manutenção do recorte de público inicial para dar continuidade ao projeto.

Representantes dos grupos sociais (público direto): Representantes de agentes comunitários; lideranças comunitárias identificadas no Diagnóstico Participativo do PEA-BC e ao longo do Ciclo I do PEA-Territórios do Petróleo (membros de associações de moradores; quilombolas; trabalhadores rurais e assentados; membros de associações e colônias de pescadores, alguns dos quais também são participantes de outros PEAs da BC).


Público indireto: Representantes de associações comerciais, cooperativas, sindicatos e agremiações representativas da sociedade civil, sindicatos e associações de professores da rede pública e privada; agremiações estudantis universitárias dos municípios referidos sejam eles impactados diretamente ou não pelos empreendimentos da indústria do petróleo e gás, mas que sustentam posições sociais e papéis ativos no âmbito produtivo e social dos municípios selecionados.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Mitigar a desinformação sobre royalties mediante a qualificação dos sujeitos da ação educativa (integrantes dos NVC) em práticas de Vigília Cidadã, EA e Controle Social.

2. Fornecer instrumentos e mediações para que segmentos sociais diversificados que habitam a Bacia de Campos sejam informados e articulados para atingir

³Núcleo de Vigília Cidadã: Grupo formado pelos sujeitos da ação educativa do PEA Territórios do Petróleo que exercerá a Vigília Cidadã.

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Responsável Técnico	_____ Responsável pela Implementação	Abril de 2016	Revisão 02
--	------------------------------	---	---------------	------------

coletivamente uma gestão mais participativa e cidadã do controle social das receitas provenientes dos royalties.

3. Consolidar, pôr em funcionamento e supervisionar os dez (10) NVC constituídos nos municípios que compõem o recorte espacial do projeto.

4. Desenvolver dois (2) Espaços de Interpretação do PEA Territórios do Petróleo, com base na linha B da Nota Técnica, no bojo da estrutura das sedes do PEA Territórios do Petróleo (Campos e Rio das Ostras)⁴.

5. Participar de ações de articulação e intercâmbio com os demais PEAs da BC.

6. Promover e divulgar investigações científicas, práticas pedagógicas e de extensão inovadoras sobre Educação Ambiental Crítica e os impactos da indústria do petróleo no âmbito do Licenciamento Ambiental.


7. Promover a formação continuada da equipe de técnicos e dos sujeitos da ação educativa participantes do projeto.

4. METODOLOGIA CONSOLIDADA

Prevalece e se mantém a concepção de EA na gestão pública do ambiente inspirada no conjunto de diretrizes, normas e ações de educação ambiental no licenciamento sob a responsabilidade da CGPEG/IBAMA. Em consonância com a experiência recolhida durante o Ciclo I do projeto e ajustando-se à proposta atual de desenvolvimento dos Núcleos de Vigília Cidadã, a caixa de ferramentas do projeto incorporou elementos teóricos e instrumentos e técnicas de trabalho e intervenção. Objetivou-se facilitar aos sujeitos da ação educativa, tanto coletiva como individualmente, estarem mais informados, comunicados e capacitados para monitorar o cenário local dos royalties e compreender a dinâmica dos impactos da indústria do petróleo na BC nas suas diversas escalas (local/regional/mundial).

Para diminuir o problema prioritário do déficit informacional, o arcabouço proposto disponibilizará conceitos, ferramentas e técnicas variadas provenientes do

⁴Os Espaços de Interpretação do PEA Territórios do Petróleo são espaços físicos para reapropriar, manter em funcionamento e oferecer aos SAE e à população em geral atividades pedagógicas e informativas, produtos e serviços desenvolvidos pelo PEA Territórios do Petróleo. – vide anexo 1


 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Responsável Técnico	_____ Responsável pela Implementação	Abril de 2016	Revisão 02
--	------------------------------	---	---------------	------------

campo interdisciplinar das ciências humanas e sociais configurando a concepção da Vigília Cidadã como alicerce metodológico das ações do projeto. A proposta de VC forja um serviço de suporte e orientação para a ação cidadã baseado na cogestão social de um conjunto de atividades, práticas e rotinas que implicam estar informado, informar e partilhar informação de forma permanente e, ao mesmo tempo, estudar, entender e representar desde o ponto de vista dos SAE os cenários, mutações e permanências, visualizando o que está em jogo no dia a dia da vida nos territórios do petróleo fluminenses.

As atividades que compõem a VC estão direcionadas: 1) para a descoberta e detalhamento da natureza complexa e “invisível” da cadeia de impactos vinculada aos royalties e à indústria do petróleo em suas localidades e 2) para a identificação, discussão e superação dos entraves detectados no primeiro Ciclo sobre a compreensão pública da aplicação e gestão municipal das rendas petrolíferas nas localidades afetadas.

A metodologia se concentra na formação continuada dos SAE em atividades de pesquisa, gestão, produção, interpretação e partilha de informação. Esta formação se apoia e complementa no desenvolvimento prático de tarefas e estratégias comunicacionais colaborativas, mediadas por saberes e conhecimentos locais, tanto por meio da aquisição de perícia no uso de dispositivos digitais e redes (*softwares*, Internet, computador, celulares, câmaras digitais), quanto pela releitura de recursos tradicionais como fanzines, boletins, círculos de conversa e mesas redondas. Busca-se que esta dinâmica possibilite, em forma conjugada, a ampliação do acesso a linguagens e conteúdos atuais na gestão social comunitária tendo em vista o estímulo para atingir o controle social.

Um elemento constitutivo chave da VC é o cultivo dos entornos sociais. Esta prática permite dimensionar o empoderamento real do grupo e estabelecer uma relação direta entre os agentes-sujeitos e seus ambientes e condições de vida. Além disso, gradativamente, possibilitará considerar as novas demandas identificadas no decorrer do projeto, aprofundar o conhecimento dos perfis dos grupos participantes e identificar a resiliências SAE, evidenciando dificuldades e ajustando o acionar do projeto para

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Responsável Técnico	_____ Responsável pela Implementação	Abril de 2016	Revisão 02
--	------------------------------	---	---------------	------------


convalidar no processo de pesquisa-ação os instrumentos de investigação e avaliação previstos⁵.

As atividades de VC previstas para os Núcleos auxiliarão aos participantes no trabalho de descoberta e detalhamento da natureza complexa e “invisível” da cadeia de impactos vinculada à indústria do petróleo em suas localidades, assim como identificar e superar os obstáculos da compreensão pública da aplicação e gestão municipal dos royalties na BC. A VC se propõe mitigar o déficit de acesso à informação pública do cidadão sobre a renda petrolífera nos municípios que compõem o Território do Petróleo. Esta dificuldade, identificada no DP e confirmada ao longo do primeiro ciclo do projeto, consequentemente conspira para fragilizar as tentativas de promoção de ações coletivas de controle social dos atores comunitários.

A VC se apoia na análise e diagnóstico sociocomunicacional de comunidades e organizações (VIZER:2007), método que consta de um roteiro de “observação social” e um dispositivo para análise e diagnóstico em coletivos sociais — neste caso aplicado aos NVC — que permite usar estratégias participativas e pesquisa-ação focadas em assuntos pré-determinados de informação, interpretação e comunicação grupal (royalties). Este dispositivo funciona como uma rede que relaciona sujeitos, coisas e discursos e oferece categorias e dimensões de observação de práticas sociais com ênfase nos processos comunicacionais. Aplica-se como uma metodologia empírica com o objetivo de pesquisar o funcionamento e os modos de apropriação e cultivo dos entornos dos NVC em seus múltiplos contextos (materiais, sociais, culturais, simbólicos e psicológicos). A socioanálise vinculada às atividades previstas na VC colabora para avançar na tarefa do cultivo dos entornos dos grupos por meio de ações pontuais de educomunicação popular e de estudo e pesquisa em escala local/regional direcionadas à construção de cartografias de ação elaboradas desde a perspectiva dos sujeitos.

É importante pontuar que alguns dos grupos congregados na Caravana nos eventos municipais das “Mesas-Redondas” constataram durante suas participações e

⁵Como resultado do ritmo acelerado das transformações territoriais da BC, é notória a permanente dependência de dados estatísticos e a necessidade de realização de estudos de caracterização sociodemográficos mais precisos e atuais sobre os atores envolvidos que supram reconhecidas lacunas existentes nos estudos de impacto ambiental e diagnóstico participativo realizados até o momento sobre a região. Isto se enquadra dentro da proposta de atividades de suporte à atualização do DP.


 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Responsável Técnico	_____ Responsável pela Implementação	Abril de 2016	Revisão 02
--	------------------------------	---	---------------	------------

intervenções que a problemática de cada localidade extrapola a fronteira “local” e se torna comum à vivência de outros territórios e grupos de habitantes de municípios vizinhos. Isto sugeriu dar continuidade metodológica à atividade das “Mesas-Redondas” e planejá-las nas atividades dos NVC como prática de espaços de articulação ou “zonas de coesão”. Estas zonas serão construídas mediante ações estratégicas promovidas e executadas pelos SAE de forma a fomentar o encontro e diálogo direto dos munícipes, possibilitando a circulação e integração das pessoas pertencentes aos Núcleos de Vigília e formando redes intermunicipais ou microrregionais que ampliarão a capilaridade do projeto. A filmagem destes eventos possibilitará a documentação e disponibilização massiva desse conteúdo via página WEB do PEA Territórios do Petróleo, constituindo mais um produto informacional do projeto.

O Ciclo II objetiva aprimorar nas sedes estabelecidas um ambiente de ensino-aprendizagem-ação dedicado à produção, aquisição e socialização em rede de conhecimentos e habilidades diversas. Ao mesmo tempo, aspira-se a criar e manter em cada município foros de diálogo com outros PEAs atuantes para o fomento da integração intermunicipal e a discussão e produção cooperada de insumos (conteúdos técnicos e didáticos).

A Vigília, enquanto metodologia, auxiliará os grupos sociais participantes do projeto no estudo e preparação de estratégias, representações coletivas e respostas possíveis aos desafios do desenvolvimento regional e à (in)justiça ambiental e, sobretudo, em uma qualificada participação política nos processos decisórios e na gestão do controle social dos royalties. Esta modalidade de Vigília dos royalties propõe o exercício de produzir uma forma inovadora e mais justa de partilhar a informação, aumentando o capital simbólico, os referenciais, os vínculos e cultivando o entorno social dos sujeitos da ação educativa.

A Vigília passa a ser utilizada como um dispositivo social que, uma vez constituída nos municípios selecionados, promoverá nos sujeitos da ação educativa uma inter-relação física e virtual em rede, aproximando-os pelo diálogo, reconhecimento mútuo e de experiências e rituais. Esta ação coletiva produzirá um canal de informação depurada que servirá como espaço de sociabilidade e foro de discussão para ajudar os grupos participantes do projeto a se nivelar para incidir. Os sujeitos da ação educativa

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Responsável Técnico	_____ Responsável pela Implementação	Abril de 2016	Revisão 02
--	------------------------------	---	---------------	------------

serão qualificados para gerar localmente representações e informações consideradas como “ativos sociais” para alavancar o controle social.

A Vigília dos royalties compreende basicamente três tipos de atividades que serão foco das ações educativas:

a) Reunir, caracterizar, analisar e mapear informação a respeito da natureza sistêmica dos impactos da indústria do petróleo, os conflitos em torno deles e suas diversas percepções e apropriações; o contexto da economia política dos recursos naturais no extrativismo; as discussões políticas da partilha e a contabilidade pública dos royalties nos municípios da BC (arrecadação, composição orçamentária e destinos da utilização dos recursos);


b) Pesquisar, ler, discutir e sintetizar a informação sobre os municípios da área de abrangência do PEA Territórios do Petróleo: interpretar e elaborar notícias e informes; formar uma visão crítica sobre questões como recursos naturais, impactos sociais, royalties, controle social, desenvolvimento, crise ambiental; e propor visões prospectivas baseadas em cenários econômicos e socioculturais futuros dos municípios da BC;

c) Difundir, comunicar, interpretar e partilhar a informação em rede: oferecer qualificação em linguagens e formatos comunicacionais disponibilizando acesso aos SAE em suportes diferenciados.

Sequencialmente serão aplicadas técnicas participativas (oficinas; construção de mapas de ação; cursos de capacitação; reuniões comunitárias; visitas técnicas; encontros locais e regionais) e outros recursos pedagógicos como, por exemplo, palestras e seminários, mesas-redondas, vídeo-debates, conferências, vídeo-cartas e intercâmbios virtuais e presenciais entre participantes dos Núcleos que permitirão que afluam e se conjuguem interesses e que os indivíduos se reconheçam como sujeitos sociais capazes de determinar “os processos decisórios de distribuição de custos/benefícios a partir da exploração de recursos naturais” (CGPEG/DILIC/IBAMA, 2010).

Planejamento, Avaliação e Monitoramento

Este plano mantém durante o Ciclo II a continuidade do modelo de atividades de planejamento, monitoramento e avaliação regulares e constantes durante as diferentes etapas previstas (HOLLIDAY:2006). Está prevista em todas as etapas a implementação

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Responsável Técnico	_____ Responsável pela Implementação	Abril de 2016	Revisão 02
--	------------------------------	---	---------------	------------


de indicadores de qualidade pedagógica que permitam integrar as atividades sugeridas pelos sujeitos do processo educativo com a proposta do PEA Territórios do Petróleo.

Esta fase tem por objetivo informar o desenvolvimento gradual e evolutivo das atividades do trabalho em relação aos objetivos, apontando, quando necessário, os desvios ocorridos no projeto e as providências corretivas necessárias. O monitoramento e avaliação prosseguem durante os 24 meses de duração do Ciclo II e contarão com oficinas avaliativas municipais anuais. Busca-se com isso reconhecer o contexto da intervenção e verificar a viabilidade e exequibilidade das propostas num processo de retroalimentação das ações, assim como abrir espaços para modificações caso ocorram desvios ou exigências de reformulações nos propósitos do projeto e nas dinâmicas dos NVC constituídos. Busca-se publicizar junto à comunidade e às equipes as ações desenvolvidas no período e seus resultados. A avaliação final será realizada ao término das atividades planejadas no encontro geral previsto para o final do Ciclo tendo como referência o alcance dos objetivos específicos do projeto.

Pretende-se, ainda, dar continuidade à pesquisa de *survey* sobre percepção da informação combinada com histórias de vida dos SAE para obtenção de dados específicos sobre a população e verificar trajetórias individuais e o grau de conhecimento acerca da temática dos royalties e níveis de participação atingidos durante o processo. Serão incluídas indagações decorrentes do entendimento sobre impactos da indústria do petróleo e benefícios, riscos e implicações socioambientais decorrentes do extrativismo e sua relação com a renda dos royalties e participações especiais na região. Os dados obtidos com a realização do *survey* devem ser analisados por meio do SPSS⁶, como ferramenta estatística para a obtenção das informações desejadas.

Outra ferramenta metodológica selecionada para a avaliação geral de resultados é a realização de grupos focais (GF) com os representantes dos Núcleos de Vigília Cidadã constituídos. Entende-se por grupo focal um coletivo de discussão informal e de tamanho reduzido, reunido com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade. É uma técnica rápida para avaliação e obtenção de dados e

⁶Programa (*software*) estatístico utilizado para a tabulação e análise de dados primários.

	_____ Responsável Técnico	_____ Responsável pela Implementação	Abril de 2016	Revisão 02
---	------------------------------	---	---------------	------------

informações qualitativas, fornecendo aos coordenadores do projeto uma riqueza de informações que permitirão a definição e avaliação de novas metas.


Os grupos focais estarão comprometidos também em identificar as percepções dos SAE acerca da vulnerabilidade social que os envolve, analisando os níveis de compreensão pública dos temas: royalties, participações especiais e controle social, atualizando, dessa forma, dados produzidos pelo PEA Territórios do Petróleo.

5. ATIVIDADES PREVISTAS PARA ATUALIZACAO DO DP

Está previsto para a atualização do DP desenvolver nos NVC atividades direcionadas à elaboração coletiva de “Mapas de Ação” para cada município como resposta às demandas dos sujeitos identificadas no decorrer do projeto.

Na base desta proposta se encontra a noção de cartografia da ação social que é retomada do trabalho da socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (RIBEIRO:2009). Trata-se de proposta teórica e metodologia de referência dialógica e dialética, que parte do princípio das trocas de olhares entre as produções científicas, da produção social e dos conhecimentos elaborados pelos sujeitos em suas práticas cotidianas. A cartografia da ação é uma ferramenta de pesquisa que visa transformar a leitura da realidade, a partir das práticas da Vigília Cidadã, em um procedimento das ciências sociais aplicadas, um exercício de interdisciplinaridade e também de crítica aos mapeamentos e cartografias tradicionais. Assim, existe a expectativa do envolvimento coletivo na construção de um mapa síntese da ação social dos municípios da área de abrangência do PEA Territórios do Petróleo tentando compensar a ênfase geralmente atribuída aos aspectos físicos e materiais, em favor da representação a partir da subjetividade dos envolvidos.


A proposta de uma cartografia da ação vinculada aos impactos enquanto mapeamento da ação social dos sujeitos (impactados) necessita ser compreendida como um processo social coletivo. Não termina, nem começa com o mapa. Não tem como finalidade o mapa em si, embora este seja um resultado objetivo importante no processo de monitoramento do Licenciamento. O valor reside no processo formativo de produção de um trabalho coletivo, elaborado a partir de um projeto-problema, criado pelo grupo ao longo de suas atividades nos Núcleos de Vigília. A representação produzida

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Responsável Técnico	_____ Responsável pela Implementação	Abril de 2016	Revisão 02
--	------------------------------	---	---------------	------------

coletivamente pode ser tomada como a representação espacial e social necessária, o que permite ver o território do petróleo e as territorialidades (ação no espaço de si e dos outros) — sintonias, diacronias, centralidades, descentralidades – dialogando sobre questões coletivas no tempo presente, o que habilita aos SAE a fazer uma análise da conjuntura social e territorial dos impactos visando à qualificação e mobilizando a partir da leitura atualizada de cada realidade.

A conjugação de métodos e técnicas da Educação Ambiental Crítica com a sociologia e geo-história envolve a formação de “dossiês” construídos por uma cartografia que será utilizada e complementada com informações obtidas através da gradual incorporação dos grupos na realização do projeto. Esta proposta de cartografia da ação, definida de forma dialógica, será inicialmente construída com a alocação, na base digitalizada do banco de dados e imagens do PEA Territórios do Petróleo, de dados provenientes de registros documentais existentes e coletados ao longo do Ciclo I. Posteriormente serão incorporadas informações variadas e de natureza diversa (narrativas audiovisuais e escritas) provenientes das atividades de VC envolvendo dados atuais da realidade da vida dos habitantes nos municípios da Bacia de Campos. Isto contempla informações sobre condições de vida, disputas e áreas de conflitos socioambientais, acesso a informação, centralidades (espaços públicos e concentração de comércio e serviços), periferias, organizações da sociedade civil, órgãos de governo, equipamentos educativos, culturais e esportivos e mobilidade, corredores de trânsito e meios de transporte dentre os mais destacados.

Num momento seguinte, a estas cartografias serão adicionadas informações obtidas mediante a aplicação de ferramentas participativas somadas a entrevistas abertas, com aplicação de questionários aos grupos comunitários e histórias de vida referenciadas pelos sujeitos da ação educativa. O recurso a estas técnicas, articuladas às competências de produção de imagens desenvolvidas nas oficinas, permitirá visualizar a experiência social dos impactados incorporada ao projeto, incluindo informações sobre universo familiar, redes de vizinhança, estrutura de hábitos, usos do espaço e do tempo, experiência nas instituições de ensino e no trabalho, lazer, identificação de conflitos e barreiras na apropriação e uso do espaço em suas dimensões múltiplas (urbano/rural/marítimo/lagunar).

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Responsável Técnico	_____ Responsável pela Implementação	Abril de 2016	Revisão 02
--	------------------------------	---	---------------	------------


A incidência dos mapas de ação no registro e inventário de repertórios culturais, opiniões e anseios das comunidades permite, além da atualização do DP, o aumento do domínio de informações e técnicas de expressão SAE envolvidos na sua elaboração. Portanto, o mapa de ação é uma ferramenta para auxiliar a compreensão dos entornos sociais visando conhecer as práticas, as táticas, os vínculos sociais, os desencantos e os desejos dos cidadãos, tarefa que exige uma análise contextualizada de ações sociais e o mapeamento (objetivo e subjetivo) de (des)encontros com o território do petróleo.

Este modelo de cartografia das subjetividades possibilitará outra forma de atualização do DP mediante o exame simultâneo de formas de apropriação do espaço em suas múltiplas dimensões e de sentidos da ação, incluindo as suas origens, objetivos, formas de manifestação e simbologia. É a partir desses pressupostos que se orienta a produção do mapeamento pelos sujeitos. A cartografia da ação social constrói-se no movimento da sociedade, por meio dos anseios, dos desejos, das trajetórias e da imaginação dos “homens lentos” (SANTOS:1994). É esta cartografia que nos interessa, pois representa as assimetrias, as resistências, as insurgências, outras visões de mundo, diferente da cartografia oficial, da cartografia da mídia e da cartografia corporativa. É uma espécie de transição do mapa com o mundo presente, uma conversa com o imaginário estético dos SAE.


7. METAS

1. Planejamento/execução de cinco (5) oficinas de VC aos participantes dos NVC;
2. Promover uma (1) oficina de Comunicação Audiovisual (fotografia e vídeo) nas três (3) micro regiões⁷;
3. Planejamento/execução de uma (1) oficinas de Educomunicação nas três (3) micro regiões;

⁷Micro Região 1: Arraial do Cabo, Cabo Frio e Armação dos Búzios; Micro Região 2: Rio das Ostras, Casimiro de Abreu e Macaé e Micro Região 3: Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes e São João da Barra

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Responsável Técnico	_____ Responsável pela Implementação	Abril de 2016	Revisão 02
--	------------------------------	---	---------------	------------


4. Disponibilização de um espaço virtual de comunicação transmidiática com acesso a uma rede social para integrar os produtos e atores do projeto;
5. Elaboração/distribuição de três mil (3.000) Cartilhas Cidadãos em Ação II;
6. Elaboração pelos sujeitos da ação educativa e publicação digital de Cartografias da Ação Social dos municípios contemplados no projeto Territórios do Petróleo para atualização do DP;
7. Elaboração/publicação na página WEB do PEA Territórios do Petróleo de um boletim em versão digital bimestral produzido pelos sujeitos da ação educativa, após verificação de um moderador, contendo informações dos NVC da BC;
8. Edição/publicação de 6.000 unidades de folhetos contendo informações para divulgação das ações do projeto;
9. Atualização das informações municipais elaboradas no Ciclo I disponibilizadas nos totens alocados nos Espaços de Interpretação do PEA Territórios do Petróleo e na página WEB do PEA Territórios do Petróleo;
10. Manutenção e funcionamento das dez (10) Sedes do PEA Territórios do Petróleo, sendo duas (2) delas consolidadas como Espaços de Interpretação do PEA Territórios;
11. Consolidação dos dez (10) NVC compostos por até vinte (20) SAE;
12. Promoção de três (3) encontros de intercâmbio dos integrantes dos NVC (sendo um para cada microrregião definida por proximidade geográfica);
13. Produção e registro de dez (10) Mesas-Redondas Territórios do Petróleo, dedicadas a discutir a questão dos royalties e impactos, dando continuidade à experiência do Ciclo de Sensibilização;
14. Produção de um (01) Simpósio temático sobre royalties e avaliação de impactos sociais no âmbito do projeto Territórios do Petróleo;
15. Incentivo e participação nas atividades de articulação dos PEAs;
16. Manutenção do Banco de Imagens visando a proceder o acesso e rotinas de uso integrado pelos sujeitos da ação educativa nos NVC;
17. Promoção de uma (1) oficina anual de avaliação do projeto por município;
18. Realização de um (1) encontro geral de avaliação do PEA Territórios do Petróleo;

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Responsável Técnico	_____ Responsável pela Implementação	Abril de 2016	Revisão 02
--	------------------------------	---	---------------	------------

19. Realização de cinco (5) seminários de formação continuada e atualização da equipe técnica;
20. Produção/publicação de artigos científicos, monografias e dissertações dentro da temática proposta;
21. Edição, publicação e distribuição de um livro sobre a experiência do Ciclo II do projeto Territórios do Petróleo;
22. Realização de duas (2) reuniões de apresentação de resultados e avaliação para o IBAMA.

8. INDICADORES

1. Número de oficinas de VC realizadas. 2. Número de Oficinas de Comunicação Audiovisual realizadas. 3. Número de oficinas de Educomunicação realizadas e número de registros relativos às temáticas trabalhadas pelo projeto na mídia em geral via iniciativa dos SAE. 4. Espaço virtual (WEB) e integrado de comunicação transmidiática em funcionamento. 5. Número de Cartilhas - Cidadãos em Ação II elaboradas e distribuídas. 6. Número de Cartografias de Ação Social elaboradas e publicadas na página WEB do PEA Territórios do Petróleo para atualização do DP. 7. Número de boletins em versão digital elaborados e publicados na página WEB do PEA Territórios do Petróleo. 8. Número de folhetos distribuídos contendo informações para divulgação das ações do projeto. 9. Número de acessos às informações disponibilizadas na página WEB e/ou nos totens alocados nos Espaços de Interpretação do PEA Territórios do Petróleo. 10. Número de Sedes do PEA Territórios do Petróleo e Espaços de Interpretação do PEA Territórios do Petróleo. 11. Número de NVC consolidados e em atividade. 12. Número de intercâmbios realizados. 13. Número de Mesas-Redondas “Territórios do Petróleo” realizadas e vídeos editados. 14. Um Simpósio Temático sobre Avaliação de Impactos no âmbito PEA Territórios do Petróleo realizado. 15. Número de participações nas atividades de articulação dos PEAs. 16. Número de acesso ao Banco de dados e imagens integrado *online* nos Núcleos de Vigília Cidadã. 17. Número de oficinas municipais de avaliação do PEA Territórios do Petróleo promovidas. 18. Um encontro geral de avaliação do PEA Territórios do Petróleo realizado. 19. Número de

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Responsável Técnico	_____ Responsável pela Implementação	Abril de 2016	Revisão 02
--	------------------------------	---	---------------	------------

seminários de formação continuada e atualização da equipe técnica realizados. 20. Número de produções científicas elaboradas e/ou publicadas. 21. Um livro sobre a experiência do Ciclo II do PEA Territórios do Petróleo publicado e distribuído. 22. Número de reuniões de apresentação de resultados e avaliação para o IBAMA realizadas.

9. PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS PRÓXIMAS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS

As oficinas municipais anuais que terão como objetivo realizar uma avaliação do processo junto aos SAE, também desenvolverão a função de refletir, analisar e nortear as proposições de ações futuras para a próxima fase do projeto de forma coletiva. A perspectiva é que desta forma, as ações a serem implementadas na próxima fase, abrangam os olhares dos SAE e da equipe executora do projeto.

A partir dessa leitura, iremos propor novas ações coletivas que permitam a continuidade ou redesenho das ações dos grupos e a pertinência do foco do projeto e sua intensidade, considerando o cenário futuro da questão dos royalties na região e no país.

Foi prevista, até o final do primeiro ano de vigência do Ciclo II, a elaboração de uma avaliação situacional participativa que permitirá dimensionar a eficácia do projeto e apresentar as proposições que foram construídas coletivamente para todos.

10. PERFIL DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS

Cargo	Perfil Profissional	Função
Coordenador Geral	Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em curso reconhecido pela CAPES/CNPq/MEC e doutorado nas áreas de interesse do projeto. Especialização em Desenvolvimento social, desenvolvimento comunitário, educação ambiental, gestão de projetos e licenciamento ambiental. Experiência de 5 anos em gestão de projetos sociais.	Coordenação Geral de atividades de pesquisa e produção técnica e execução do projeto.

Coordenadora Pedagógica	Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em curso reconhecido pela CAPES/CNPq/MEC e doutorado nas áreas de interesse do projeto. Especialização em educação, Desenvolvimento social, desenvolvimento comunitário, educação ambiental, educação. Experiência de 5 anos em gestão de projetos sociais.	Desenho e acompanhamento de atividades pedagógicas; Atividades de pesquisa e produção de relatórios e avaliação
Coordenador de Campo	Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em curso reconhecido pela CAPES/CNPq/MEC, nas áreas de interesse do projeto. Preferencialmente especialização em desenvolvimento social, desenvolvimento comunitário, educação ambiental, gestão de projetos e/ou licenciamento ambiental. Experiência de 5 anos em gestão de projetos sociais/ambientais.	Acompanhamento de atividades nos municípios, coordenação das ações nos polos. Atividades de pesquisa e produção.
Técnicos Sociais 4	Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em curso reconhecido pela CAPES/CNPq/MEC, nas áreas de interesse do projeto. Preferencialmente especialização <i>Lato Sensu</i> e/ou Mestrado em áreas relacionadas à: desenvolvimento comunitário; educação ambiental, gestão de projetos e licenciamento ambiental.	Apoio no planejamento, execução e monitoramento de atividades de ensino e aprendizagem.
Técnicos Sociais 3	Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em curso reconhecido pela CAPES/CNPq/MEC, nas áreas de interesse do projeto. Preferencialmente especialização <i>Lato Sensu</i> e/ou Mestrado em áreas relacionadas à: desenvolvimento comunitário; educação ambiental, gestão de projetos e licenciamento ambiental.	Execução e monitoramento de atividades nos municípios.
Técnicos Sociais 2	Curso de nível médio com experiência em projetos sociais/ ambientais.	Execução e monitoramento de atividades nos municípios.
Técnicos Sociais 1	Ensino Fundamental ou médio.	Execução e monitoramento de atividades nos municípios.
Técnico Comunitário	Conhecimentos tradicionais comunitários, liderança reconhecida pelos grupos sociais de referência e capacidade de mobilização.	Apoio na mobilização, execução e monitoramento de atividades nos municípios.
Técnico de Apoio	Nível Médio/Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em curso reconhecido pela CAPES/CNPq/MEC e/ ou especialização <i>Lato Sensu</i> e/ou Mestrado/ Doutorado, nas áreas de interesse do projeto.	Apoio à gestão, desenvolvimento, execução e monitoramento de atividades pedagógicas, técnicas, pesquisa, comunicação e administração interna/externa do projeto.


11. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Marcelo Carlos Gantos

Área de Atuação: Coordenação Técnica

Formação: Doutor em História

Cadastro Técnico Federal nº 5669947

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Responsável Técnico	_____ Responsável pela Implementação	Abril de 2016	Revisão 02
--	------------------------------	---	---------------	------------


12. RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

Profissional José Celso Pessanha Junior

Função: Gerente (UO-BC/SMS)

José Henriques da Silva Tavares

Função: Gerente Setorial (UO-BC/SMS/MA)

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Responsável Técnico	_____ Responsável pela Implementação	Abril de 2016	Revisão 02
--	------------------------------	---	---------------	------------

12. CRONOGRAMA DE AÇÕES E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO⁸

CRONOGRAMA TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO												
ATIVIDADES PRIMEIRO ANO	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Funcionamento das dez (10) sedes do PEA Territórios do Petróleo.												
5 seminários de formação continuada da equipe.												
5 Oficinas de Vigília Cidadã.												
Espaço virtual de comunicação transmidiática.												
Elaboração da Cartilha - Cidadãos em Ação II.												
Distribuição de 3.000 Cartilhas - Cidadãos em Ação II.												
Oficinas de Comunicação Audiovisual.												
Ciclo de formação em Educomunicação.												
Elaboração e publicação de boletim digital.												
Edição e publicação dos folhetos informativos com as ações do projeto.												
Distribuição dos folhetos informativos com as ações do projeto.												
Atualização do sistema de informações sobre os municípios.												
3 Encontros de intercâmbio dos NVC.												
10 (dez) Mesas Redondas "Território do Petróleo" registradas.												
Manutenção do Banco de Imagens visando proceder o acesso.												
Oficina anual de avaliação por município.												
Reuniões de apresentação de resultados e avaliação para o IBAMA.												
Incentivo à participação nas atividades de articulação dos PEAs.												
Manut. e funcionamento dos 2 Espaços de Interpretação do PEA Territórios do Petróleo.												
Consolidação dos dez (10) NVC.												
Elaboração do Relatório Anual												
ATIVIDADES SEGUNDO ANO	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18	Mês 19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23	Mês 24
Funcionamento das dez (10) sedes do PEA Territórios do Petróleo.												
5 seminários de formação continuada da equipe.												
5 Oficinas de Vigília Cidadã												
Distribuição de 3.000 Cartilhas - Cidadãos em Ação II.												
Elaboração Atlas dos Mapas de Ação municipais da BC.												
Elaboração e publicação de boletim digital.												
Distribuição dos folhetos informativos com as ações do projeto.												
Simpósio de sobre Royalties e Avaliação de Impactos no âmbito do projeto.												
3 encontros de intercâmbio dos NVC.												
10 (dez) Mesas Redondas "Territórios do Petróleo" registradas.												
Oficina anual de avaliação por município.												
Encontro geral de avaliação do PEA Territórios do Petróleo.												
Reuniões de apresentação de resultados e avaliação para o IBAMA.												
Atualização do sistema de informações sobre os municípios.												
Produção e publicação de artigos, monografias.												
Pesquisa, edição, publicação e distribuição de um livro.												
Incentivo à participação nas atividades de articulação dos PEAs.												
Manut. e funcionamento dos 2 Espaços de Interpretação do PEA Territórios do Petróleo												
Consolidação dos dez (10) NVC.												
Espaço virtual de comunicação transmidiática.												
Elaboração do Relatório Anual												

⁸O sigilo das informações no quadro acima deve estar assegurado conforme previsto na Lei Nº 10.650/2003, Art. 2º § 2º, o mesmo encontra-se protocolado apenas em meio físico.

<p>UENF Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro</p>	<p>Responsável Técnico</p>	<p>Responsável pela Implementação</p>	<p>Abril de 2016</p>	<p>Revisão 02</p>
---	----------------------------	---------------------------------------	----------------------	-------------------

O quadro a seguir apresenta o cronograma físico-financeiro do Projeto Territórios do Petróleo previsto para 24 meses:

CONFIDENCIAL


 UENF Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Responsável Técnico	_____ Responsável pela Implementação	Abril de 2016	Revisão 02
--	------------------------------	---	---------------	------------

Tabela de síntese (objetivos x metas x indicadores)

OBJETIVOS	METAS	INDICADORES
Mitigar a desinformação sobre royalties mediante a qualificação dos sujeitos da ação educativa (integrantes dos NVC) em práticas de Vigília Cidadã, EA e Controle Social.	Planejamento/execução de cinco (5) oficinas de VC aos participantes dos NVC.	Número de oficinas de VC realizadas.
	Promover uma (1) oficina de Comunicação Audiovisual (fotografia e vídeo) nas três (3) micro regiões.	Número de Oficinas de Comunicação Audiovisual realizadas.
	Planejamento/execução de uma (1) oficinas de Educomunicação nas três (3) micro regiões	Número de oficinas de Educomunicação realizadas e número de registros relativos às temáticas trabalhadas pelo projeto na mídia em geral via iniciativa dos SAE.
	Elaboração/distribuição 3.000 Cartilhas Cidadãos em Ação II.	Número de Cartilhas - Cidadãos em Ação II elaboradas e distribuídas.
	Produção e fulmagem de dez (10) Mesas-Redondas "Territórios do Petróleo", dedicadas a discutir a questão dos royalties e impactos, dando continuidade à experiência do Ciclo de Sensibilização.	Número de Mesas-Redondas "Territórios do Petróleo" realizadas e vídeos editados.
Fornecer instrumentos e mediações para que segmentos sociais diversificados que habitam a Bacia de Campos sejam informados e articulados para atingir coletivamente uma gestão mais participativa e cidadã do controle social das receitas provenientes dos royalties.	Elaboração pelos sujeitos da ação educativa e publicação digital de Cartografias da Ação Social dos municípios contemplados no projeto Territórios do Petróleo para atualização do DP.	Número de Cartografias de Ação Social elaboradas e publicadas na página WEB do PEA Territórios do Petróleo para atualização do DP.
	Elaboração/publicação na página WEB do PEA Territórios do Petróleo de um boletim em versão digital bimestral produzido pelos sujeitos da ação educativa, após verificação de um moderador, contendo informações dos NVC da BC.	Número de boletins em versão digital elaborados e publicados na página WEB do PEA Territórios do Petróleo.
	Edição/publicação de 6.000 unidades de folhetos contendo informações para divulgação das ações do projeto.	Número de folhetos distribuídos contendo informações para divulgação das ações do projeto.
	Atualização das informações municipais elaboradas no Ciclo I disponibilizadas nos totens alocados nos Centros de Referência/Interpretação regional do LA e na página WEB do PEA Territórios do Petróleo.	Número de acessos às informações disponibilizadas na página WEB e/ou nos totens alocados nos Centros de Referência/Interpretação regional em LA do PEA Territórios do Petróleo.
	Manutenção do Banco de Imagens visando procedimento o acesso e rotinas de uso integrado pelos sujeitos da ação educativa nos NVC.	Número de acessos ao Banco de dados e imagens integrado online nos Núcleos de Vigília Cidadã.
	Disponibilização de um espaço virtual de comunicação transmidiática com acesso a uma rede social para integrar os produtos e atores do projeto.	Espaço virtual (WEB) e integrado de comunicação transmidiática em funcionamento.
	Consolidar, pôr em funcionamento e supervisionar os dez (10) NVC constituídos nos municípios que compõem o recorte espacial do projeto.	Consolidação dos dez (10) NVC compostos por até vinte (20) SAE.
Desenvolver dois (2) espaços educativos regionais de interpretação e articulação do Licenciamento Ambiental na BC, com base na Linha B da Nota Técnica N° 01/10, no bojo da estrutura das sedes do PEA Territórios do Petróleo (Campos e Rio das Ostras).	Manutenção e funcionamento das dez (10) Sedes do PEA territórios do Petróleo, sendo duas (2) delas consolidadas como Centros de Referência/Interpretação regional do LA.	Número de Sedes do PEA Territórios do Petróleo e Centros de Referência/Interpretação regional em LA em funcionamento.
Participar de ações de articulação e intercâmbio com os demais PEAs da BC.	Incentivo e participação nas atividades de articulação dos PEAs.	Número de participações nas atividades de articulação dos PEAs.
Promover e divulgar investigações científicas, práticas pedagógicas e de extensão inovadoras sobre Educação Ambiental Crítica e os impactos da indústria do petróleo no âmbito do Licenciamento Ambiental.	Produção/publicação de artigos científicos, monografias e dissertações dentro da temática proposta.	Número de produções científicas elaboradas e/ou publicadas.
	Edição, publicação e distribuição de um livro sobre a experiência do Ciclo II do projeto "Territórios do Petróleo".	Um livro sobre a experiência do Ciclo II do PEA "Territórios do Petróleo" publicado e distribuído.
	Produção de um (01) Simpósio temático sobre royalties e avaliação de impactos sociais no âmbito do projeto Territórios do Petróleo;	Um Simpósio Temático sobre Avaliação de Impactos no âmbito PEA Territórios do Petróleo realizado.
Promover a formação continuada da equipe de técnicos e dos sujeitos da ação educativa participantes do projeto.	Realização de cinco (5) seminários de formação continuada e atualização da equipe técnica;	Número de seminários de formação continuada e atualização da equipe técnica realizados.
	Promoção de uma (1) oficina anual de avaliação do projeto por município;	Número de oficinas municipais de avaliação do PEA Territórios do Petróleo promovidas.
	Realização de um (1) encontro geral de avaliação do PEA Territórios do Petróleo;	Um encontro geral de avaliação do PEA Territórios do Petróleo realizado.
	Realização de duas (2) reuniões de apresentação de resultados e avaliação para o IBAMA.	Número de reuniões de apresentação de resultados e avaliação para o IBAMA realizadas.
	Promoção de três (3) encontros de intercâmbio dos integrantes dos NVC nas três (3) micro regiões.	Número de intercâmbios realizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, E. R. Controle social: histórico e estratégias de aprimoramento. Disponível em: www.cfess.org.br. (Texto preparado para a III Conferência Nacional de Assistência Social, 2001).

CALVI, Kéttini Upp. O controle social nos conselhos de políticas e direitos disponível em: <http://uepg.br/emancipação>

CONCEIÇÃO, JORGE HENRIQUE MUNIZ ET ALI. *Petróleo e Gás Natural nas finanças públicas do Estado e dos municípios do Rio de Janeiro*. In: Rio de Janeiro (Estado) Tribunal de Contas. Síntese. Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. n.1 (nov 2006). Rio de Janeiro: O Tribunal, 2006.

DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama nº 01/10: Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás, vinculados ao processo de licenciamento conduzido pela Coordenação Geral de Petróleo e Gás – CGPEG, da Diretoria de Licenciamento Ambiental – Dilic, do Ibama.

HOLLIDAY, Oscar Jara. *Para sistematizar experiências / Oscar Jara Holliday: tradução de Maria Viaviane V. Rezende*. 2.ed. revista Brasília: MMA, 2006. 128p.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos de gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2004.

PIQUET, R. (Org.). *Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PESSANHA, R.; SILVA NETO, R. (Orgs). *Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense*. Campos dos Goytacazes, WTC Editora, 2004.

RIBEIRO, Ana Clara Torres et al – *Relatório Técnico-Científico do Projeto: Cartografia da Ação e Análise de Conjuntura: reivindicações e protestos em contextos metropolitanos (quatro volumes), Programa Cientista do Nosso Estado, Rio de Janeiro: FAPERJ, 2005-2006*.

RIBEIRO, Ana Clara Torres (coord). *Projeto: Vínculo social: cartografia da ação em contextos metropolitanos*. IPPUR-UFRJ, CNPq. 2007-2009.

RIBEIRO, Ana Clara Torres e SILVA, Catia Antonia da (Coords.) *Relatório científico do Projeto: Territórios da juventude: experiências em cartografia da ação (São Gonçalo, RJ)*. FAPERJ, 2011.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo. Globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: ed. HUCITEC, 1994.

SERRA, R. V. *O sequestro das rendas petrolíferas pelo poder local: a gênese das quase sortudas regiões produtoras*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 9, p. 101-114, 2007.

VIZER, E. A. *Socioanálisis: metodología de investigación, análisis diagnóstico e intervención social*. Savia No. 5. México: Universidad de Sonora, noviembre 2007.

VIZER, E. A. & CARVALHO, H.. *Socioanálisis, acción colectiva e intervención social estratégica*. Revista Savia No. 5. México: Universidad de Sonora, noviembre, 2007

VIZER, E. A.& FERREIRA, J. *Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias*. In: *Mídia e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação*. Parte I, perspectivas teóricas. SP: Paulus, 2007

Fontes eletrônicas:

BoletimPetróleo, Royalties e Região. Disponível em: <http://www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/>.

Boletim Repente nº 26: “Políticas Públicas”

Boletim Repente nº 27: “Como intervir na elaboração e execução do Orçamento Público”

Boletim Repente nº 23: “Conferências de Políticas Públicas”

Boletim Repente nº 12: “Controle Social sobre o Orçamento Público”

Boletim Repente nº 8: “Ministério Público”

Boletim Repente nº 17: “Fóruns de Acompanhamento do Orçamento Público”

Todos os boletins Repente estão disponíveis para *download* gratuito em www.polis.org.br

CADASTRO TÉCNICO FEDERAL ATUALIZADO

 Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis CADASTRO TÉCNICO FEDERAL CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR			
Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
5669947	22/02/2016	11/02/2016	11/05/2016
Dados básicos:			
CPF: 014.226.047-99			
Nome: MARCELO CARLOS GANTOS			
Endereço:			
logradouro: RUA GUSTAVO SAMPAIO			
N.º: 260		Complemento: 1101 FDS	
Bairro: LEME		Município: RIO DE JANEIRO	
CEP: 22010-010		UF: RJ	
Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP			
Código	Descrição		
23-18	Petróleo - Produção		
Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa física está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.			
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades			
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.			
Chave de autenticação		1BUVGG4IVLDQ9WRB	

LISTA DE CONCEITOS

CULTIVO SOCIAL: De acordo com Eduardo Vizer, a noção de “cultivo” alude a processos de apropriação e reprodução permanente dos sujeitos, articulados nas práticas coletivas de apropriação social que se “expressam” na cultura (nos usos do espaço e tempo, de objetos, recursos, meios, bens simbólicos, relações instituintes e interpessoais, sociais e intersubjetivas). Alude a dispositivos e manifestações de um empoderamento real, uma relação direta entre os agentes-sujeitos e seus ambientes e condições de vida. O cultivo social implica a possibilidade de construção tanto objetiva como subjetiva de formas coletivas de apropriação dos múltiplos recursos e ambientes humanos.

EDUCOMUNICAÇÃO: define-se como um conjunto das ações destinadas a: 1 - integrar às práticas educativas o estudo sistemático dos sistemas de comunicação; 2 - criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos; 3 - melhorar o coeficiente expressivo e comunicativo das ações educativas. A Educomunicação necessita que sejam observados alguns procedimentos sem o quais fica irreconhecível, entre os estes: a) É necessário prever e planejar 'conjuntos de ações', no contexto do plano pedagógico, e não ações isoladas (uma ação isolada não modifica as relações de comunicação num ambiente marcado por práticas autoritárias de comunicação); b) Todo planejamento deve ser participativo envolvendo todas as pessoas envolvidas como agentes ou beneficiárias das ações; c) As relações de comunicação devem ser sempre francas e abertas; d) O objetivo principal é o crescimento da autoestima e da capacidade de expressão das pessoas, como indivíduos e como grupo.

ESPAÇO DE INTERPRETAÇÃO: são espaços físicos de visitação integrados às sedes do PEA Territórios do Petróleo nos municípios de Campos dos Goytacazes e Rio das Ostras, com a finalidade de mitigar o déficit informacional referente aos royalties. São destinados a oferecer aos Sujeitos da Ação Educativa (SAE) e à população em geral, atividades pedagógicas e informativas, produtos e serviços desenvolvidos durante a Caravana realizada em seu Ciclo I e atualizados de forma permanente ao longo do processo de execução das demais etapas do PEA.

GRUPO FOCAL: O objetivo principal de um grupo focal é revelar as percepções dos participantes sobre os tópicos em discussão, fundamentando as ações e tomadas de decisões. A essência do grupo focal consiste justamente na interação entre os participantes e o pesquisador, que objetiva colher dados a partir da discussão focada em tópicos específicos e diretivos.

NÚCLEO DE VIGÍLIA CIDADÃ: Grupo formado por até 20 (vinte) cidadãos, funcionarão em espaços de educação ambiental comunitários voltados para o exercício da Vigília Cidadã (VC) e apoio à formação socioambiental e cívica de seus integrantes.

PLANEJAMENTO-AVALIAÇÃO-MONITORAMENTO: Seguindo Oscar Jara Holliday (2006) busca-se atingir: *“aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionam entre si e porque o fizeram desse modo”*.

REDE SOCIAL: De forma sumária uma Rede Social é uma estrutura composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que partilham valores e objetivos comuns. Uma das características fundamentais de definição das Redes é a sua porosidade e abertura, possibilitando relacionamentos horizontais e não hierárquicos entre os participantes.

SEDE: É o lugar onde funciona a administração municipal do PEA e ocorrem as atividades de gestão, acompanhamento e atualização do Diagnóstico Participativo do PEA-BC, e de formação/gestão dos Núcleos de Vigília Cidadã.

VIGÍLIA CIDADÃ: É um conceito desenvolvido dentro do escopo do PEA Territórios do Petróleo que consiste numa ação-intervenção pedagógica comunitária de formação em gestão, produção colaborativa e partilha de informação. Ela se apoia no cultivo de entornos sociais e no desenvolvimento de estratégias comunicacionais locais mediadas por tecnologias digitais (computador, telefones inteligentes, câmara digitais, Internet) e tradicionais baseadas em linguagens variados e representação e adaptação de conteúdos em formatos contemporâneos e de fácil acesso.